

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 5 – Número 0290 – 13/02 à 17/02/2023

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[Governo trabalha para ratificar a Convenção 190 da OIT em março](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/02/2023

A Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho está para ser ratificada. Foi o que ouviu a coordenadora nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação do Trabalho (Coordigualdade) do Ministério Público do Trabalho (MPT), Melícia Alves de Carvalho Mesel, nesta terça-feira (14.2), durante reunião no Ministério das Mulheres. A informação foi repassada a ela pela secretária de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política, Carmen Foro. “Reiterei o pedido para que o presidente iniciasse o processo de ratificação da Convenção 190 da OIT. Ela não garante, no entanto, que isso ocorra no dia 8 de março, mas disse que estão trabalhando para que o processo de ratificação seja iniciado em março”.

A Convenção 190 é o primeiro tratado internacional sobre violência e assédio no mundo do trabalho. Entrou em vigor em 25 de junho de 2021, dois anos depois de ter sido adotado pela Conferência Internacional do Trabalho (CIT), da OIT. Até o momento, seis países ratificaram a Convenção 190: Argentina, Equador, Fiji, Namíbia, Somália e Uruguai. Um ano após a ratificação, os países passam a estar legalmente vinculados às disposições da convenção.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Testemunha que passou mal na audiência poderá ser substituída](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/02/2023

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho anulou o processo de um assistente administrativo de João Pessoa (PB) para que ele possa apresentar nova testemunha, em substituição à que passou mal antes de ser ouvida na audiência de instrução. O colegiado concluiu que o indeferimento do pedido de substituição pelo juiz havia cerceado o direito de defesa da parte.

[Concubina de trabalhador que morreu em canteiro de obras será indenizada](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/02/2023

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou o exame do recurso de revista da Cury Construtora e Incorporadora S.A., de São Paulo (SP), contra decisão que a condenou ao pagamento de indenização por danos morais e materiais à concubina de um empregado morto em acidente de trabalho.

[Gestão da Vice-Presidência busca novos rumos para a conciliação trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/02/2023

O vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, assumiu, no início de sua gestão, em 13/10/2022, o desafio de fomentar as políticas nacionais de conciliação e desenvolver projetos voltados para reduzir de litigiosidade também pela solidificação dos precedentes do TST e do STF.

[TST afasta aplicação automática de multa por agravo improcedente](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/02/2023

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) excluiu a multa aplicada pela Quarta Turma a uma bancária por ter apresentado um agravo considerado manifestamente infundado. Para a maioria do colegiado, responsável pela uniformização da jurisprudência do TST, a sanção não é automática: sua aplicação requer a demonstração de abuso ou interesse protelatório.

[Dispensa por justa causa de motorista de ônibus que não renovou CNH é válida](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/02/2023

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou correta a dispensa por justa causa de um motorista de ônibus da Integração Transportes Ltda., de Manaus (AM), que teve a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) suspensa por não tê-la renovado no tempo certo. Para o colegiado, ao proceder dessa forma, ele comprometeu o desempenho de suas atividades.

[Nos primeiros quatro meses, gestão do ministro Lelio Bentes valoriza diversidade e reforça democracia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/02/2023

Em seu discurso de posse, em 13/10/2022, Lelio Bentes afirmou que categorias como gênero, raça, classe e sexualidade, entre outras, são estruturantes das relações sociais e devem ser consideradas conjuntamente na compreensão das relações de trabalho e na pacificação dos conflitos trabalhistas. Lembrou, ainda, as desigualdades de gênero, de raça e de classe social e enfatizou que a Justiça do Trabalho precisa ver a sociedade a partir dessa perspectiva “como única forma possível de assegurar eficácia ao princípio da igualdade”.

[Família de montador de móveis receberá indenização por sua morte em acidente de moto](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/02/2023

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a responsabilidade civil da Via Varejo S.A. pelo acidente de moto que resultou na morte de um montador de móveis quando se deslocava para a casa de um cliente. Os ministros concluíram que a atividade com uso da motocicleta expõe o empregado a um risco acima do normal, o que resulta na responsabilidade do empregador, independentemente de sua culpa pelo acidente.

Notícias do Executivo

[“Mutirão vai reduzir a fila do INSS em todo o Brasil”, confirma Carlos Lupi para sindicalistas, em São Paulo \(SP\)](#)

Ministério da Previdência Social - 17/02/2023

A estruturação de “mutirão” do INSS para reduzir a fila de análise dos pedidos de benefícios foi confirmada pelo ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, nos encontros com representações sindicais, na cidade de São Paulo, entre os dias 16 e 17 de fevereiro. Priorizando as regiões Norte e Nordeste para iniciar as ações concentradas de atendimento nos próximos meses, Lupi ratificou o compromisso do governo Lula de eliminar as pendências acumuladas nos últimos anos.

[Mais de 2,7 milhões de trabalhadores ainda poderão receber o Abono Salarial](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 16/02/2023

Um novo processamento do Abono Salarial, promovido pela Dataprev, possibilitará que mais de 2,7 milhões de trabalhadores ainda possam ter direito ao benefício do PIS/PASEP, relativo ao ano base 2021. A medida, solicitada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tem como foco os trabalhadores impactados por divergências de dados, como, por exemplo, mais de uma inscrição no PIS/PASEP declarada por seus empregadores ou ainda por divergências identificadas na Receita Federal.

[Rotina do sono pode ser afetada pela percepção de risco de adoecimento por Covid-19](#)

Fundacentro - 17/01/2023

Artigo de pesquisa revela alteração na qualidade do sono dos profissionais de saúde devido à alta percepção de risco de adoecimento por Covid-19. Material está disponível

vel na [Revista Brasileira de Saúde Ocupacional \(RBSO\)](#). Entre maio e agosto de 2020, os autores realizaram um estudo epidemiológico com 2.996 trabalhadores, do Rio de Janeiro, que falaram sobre os riscos que consideravam estar expostos no início da pandemia.

[Estudo avalia contradições do sistema de Reabilitação Profissional](#)

Fundacentro - 16/02/2023

As transformações no serviço de Reabilitação Profissional (RP) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) geraram contradições, que são apresentadas em artigo publicado pela Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO). O estudo busca compreender como essas mudanças afetaram a atividade de trabalho e a política pública de inclusão social desses trabalhadores. Houve desmonte histórico e redução administrativa da RP com uma centralização de ações em atores externos à Previdência Social.

[Fundacentro realiza live sobre LER/Dort](#)

Fundacentro - 15/02/2023

Na próxima terça-feira, 28, às 14h, a Fundacentro promove live em alusão ao Dia Mundial de Combate às Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (Dort). O evento será transmitido no canal da instituição no YouTube. As LER/Dort são um conjunto de doenças que atingem estruturas como músculos, tendões, nervos e líquidos articulares, que podem ser causadas, desencadeadas ou agravadas por fatores laborais.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Municípios de MG devem observar regras de saúde e segurança de trabalhadores em licitações e contratos](#)

Ministério Público do Trabalho - 16/02/2023

Após ocorrência de acidente fatal no qual um trabalhador foi vítima de soterramento durante a instalação de manilhas da rede pluvial do município de Capelinha (MG), a Prefeitura da cidade, responsável pela contratação da empreiteira, foi investigada e firmou termo de ajustamento de conduta perante o MPT, por meio do qual se compromete a observar nas futuras licitações e nas renovações de contratos em vigor, obrigações necessárias à preservação dos direitos laborais dos trabalhadores terceirizados. O Termo de Ajuste de Conduta (TAC) foi assinado perante a Procuradoria do Trabalho em Governador Valadares (MG).

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Em reunião com dirigentes do SINAIT, ministro do Trabalho garante apoio à regulamentação do bônus e a concurso para AFT](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 16/02/2023

O presidente do SINAIT, Bob Machado, e a diretora Rosa Maria Campos Jorge foram recebidos pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, na tarde desta quinta-feira, 16 de fevereiro. Eles foram buscar apoio para a regulamentação do Bônus de Eficiência e Produtividade para os Auditores-Fiscais do Trabalho. O secretário-Executivo, Francisco Macena, também participou da reunião.

[Projeto concede ao trabalhador 2 dias de folga por ano para comparecer à escola do filho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 16/02/2023

O Projeto de Lei 143/23 altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para conceder ao empregado o direito de ausentar-se do trabalho por um dia a cada seis meses, sem prejuízo do salário, para comparecer à escola de filho até 14 anos de idade. O texto tramita na Câmara dos Deputados. A medida se soma a outras ausências já autorizadas pela CLT que também não implicam perda salarial: nascimento de filho, doação de sangue, alistamento militar, acompanhar filho de até seis anos em consulta médica, etc.

Outras Notícias

[Banco é condenado a pagar pensão integral a trabalhador incapacitado](#)

Consultor Jurídico - 19/02/2023

Quando o trabalhador é acometido de doença ocupacional e perde parte de sua capacidade de trabalho, o artigo 950 do Código Civil prevê que ele receba pensão proporcional à depreciação de habilidade laboral. Esse foi o entendimento dos ministros da 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho para dar provimento a recurso e condenar o Itaú a pagar pensão equivalente a 100% da remuneração de um trabalhador que ficou incapacitado para o trabalho por conta de doença ocupacional.

[Espanha aprova licença menstrual, flexibiliza aborto e amplia direitos trans](#)

Consultor Jurídico - 17/02/2023

O Parlamento da Espanha aprovou, nesta quinta-feira (16/2), uma lei que autoriza licenças a trabalhadoras em casos de fortes cólicas menstruais. O país é o primeiro da Europa a adotar algo neste sentido. A lei também flexibiliza as regras para aborto legal, cria uma licença pré-parto, facilita o acesso a pílulas contraceptivas e à educação sexual. Além disso, os parlamentares ainda aprovaram outra norma, que simplifica a autodeterminação para pessoas transgênero.

[Motorista receberá indenização por falta de higiene em banheiro e refeitório](#)

Consultor Jurídico - 17/02/2023

A 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho aumentou de R\$ 1 mil para R\$ 10 mil o valor da indenização devida pela Premix Concreto Ltda., de Araquari (SC), a um motorista de caminhão, em razão da falta de higiene do banheiro e do refeitório do

trabalho. Para o colegiado, o montante fixado na segunda instância não foi proporcional ao dano. Na reclamação trabalhista, o motorista disse que o chão e as mesas do refeitório eram sujas de poeira de cimento e areia. Os banheiros também eram extremamente sujos, sem cestos de lixo. Segundo ele, os papéis higiênicos utilizados eram amontoados no chão, e a limpeza dos vasos sanitários era precária.

[80 anos da CLT será tema de seminário na Faculdade de Direito da USP](#)

Consultor Jurídico - 16/02/2023

Marco histórico na legislação do país, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) será tema de seminário que o Grupo de Estudos de Direito Contemporâneo do Trabalho e da Seguridade Social (Getrab) promoverá em 2 de março, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

[Novas formas de trabalho e novos arquétipos sindicais](#)

Consultor Jurídico - 16/02/2023

Pensar e conceituar o sindicato, tal como ao longo da história vem sendo feito, repetido, ensinado, aprendido e vivido, tem a ver com lógica advinda de um mundo analógico, onde questões de defesa laboral centravam-se neste contexto social linear. Por óbvio, de todo errado não está. Tampouco em completo desuso, uma vez que o mundo do trabalho ainda é — em grande parte — analógico, demandando, por isso mesmo, soluções ainda pautadas nesta forma de compreensão das coisas.

[Pauta do 1º semestre tem importantes julgamentos trabalhistas no STF](#)

Consultor Jurídico - 15/02/2023

O Supremo Tribunal Federal (STF) liberou a pauta de julgamento do primeiro semestre de 2023, com importante repercussão para trabalhadores e empregadores. Em fevereiro, o STF julgará o agravo regimental interposto na ADPF 900. Foi questionada, na arguição, a constitucionalidade da Portaria MTP nº 620. Entre outras disposições, classifica como discriminatória: 1) a obrigatoriedade de certificado de vacinação em processos seletivos de admissão; 2) a dispensa com justa causa de empregados que não apresentarem o certificado de vacinação. O ministro Relator Roberto Barroso, monocraticamente, reconheceu a perda superveniente do interesse de agir em razão das alterações fáticas no cenário epidemiológico de Covid-19 no Brasil.

[A não incidência de contribuições sobre despesas de home office](#)

Consultor Jurídico - 14/02/2023

Após a pandemia da Covid-19, tornou-se uma realidade comum no mercado de trabalho a migração dos cargos administrativos e técnicos, cuja atividade pode ser desenvolvida fora da sede do empregador, para o regime de home office (teletrabalho). A regulamentação trabalhista dessa modalidade já estava prevista na CLT desde 2017 (Lei nº 13.467/17), mas sofreu alterações em 2022, com a promulgação da Lei nº 14.442/22.

[Bônus para empregados que não aderiram a greve é discriminatório, decide TST](#)

Consultor Jurídico - 13/02/2023

Por constatar conduta antissindical e discriminatória, a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a fábrica de pneus Pirelli a pagar a um funcionário a mesma bonificação dada a empregados que não participaram de um movimento grevista em 2016. Durante a paralisação, a empresa decidiu pagar um bônus de R\$ 6,8 mil — dobro do valor de participação nos lucros — a quem retornasse às atividades. Segundo o autor, o objetivo era enfraquecer a greve, que contou com a adesão de quase 90% do quadro de funcionários.

[Familiares de trabalhador que morreu de covid não serão indenizados](#)

Migalhas - 19/02/2023

Empresas não indenizarão familiares de trabalhador que morreu de covid-19. A esposa e os filhos alegavam que o falecido contraiu a doença no trabalho, mas ficou comprovado que ele continuou indo na igreja de sua congregação, evidenciando que o labor não era a única atividade que impedia o isolamento social. Decisão é da juíza do Trabalho Camila Cesar Correa, da 2ª vara do Trabalho de Belo Horizonte.

[Projeto de lei prevê licença do trabalho em caso de morte de pet](#)

Migalhas - 19/02/2023

O projeto de lei [221/23](#) permite a ausência ao serviço por um dia em caso de faleci-

cimento de cachorro ou gato de estimação. Pela proposta em análise na Câmara dos Deputados, a morte deverá ser comprovada por estabelecimento responsável em atestar o óbito de animais ou por médico veterinário registrado em Conselho Regional de Medicina Veterinária. A licença será limitada ao máximo de três ao ano.

[Juiz proíbe empresa de mudar horário de trabalho de mãe sozinha](#)

Migalhas - 18/02/2023

O juiz do Trabalho Jony Carlo Poeta, da 1ª vara do Trabalho de São José/SC, deferiu liminar e proibiu um supermercado de alterar o horário de trabalho de empregada que é mãe solteira. Ao decidir, o magistrado considerou que a mudança traz inegáveis prejuízos à autora, cuja filha tem sete anos. À Justiça, a funcionária relatou que vem sofrendo assédio moral no ambiente de trabalho, porquanto a empregadora alterou, unilateralmente, o horário de entrada e de saída, o que lhe acarreta prejuízos, especialmente em razão de ser mãe solteira e ter ajustado a sua rotina em razão da filha.

[Gesseiro tem justa causa mantida por fazer “bicos” em dias de atestado](#)

Migalhas - 18/02/2023

A 6ª turma do TRT da 4ª região confirmou justa causa de um gesseiro que apresentou atestado médico e, no mesmo dia, foi fazer “bicos” em outro lugar. A decisão, por maioria, reformou sentença da juíza da 2ª vara do Trabalho de Taquara/RS. O empregado trabalhou entre janeiro de 2020 e junho de 2021 em uma fábrica de gessos. No decorrer do contrato, houve várias faltas injustificadas, advertências e suspensões.

[PL obriga mesmo salário para homens e mulheres com funções idênticas](#)

Migalhas - 18/02/2023

O projeto de lei [111/23](#) torna obrigatória a equiparação salarial entre homens e mulheres para funções ou cargos idênticos. Pelo texto em análise na Câmara dos Deputados, a fiscalização da medida ficará a cargo do ministério do Trabalho e Emprego, sem prejuízo da atuação do MPT.

[TRT-3: Afastado vínculo de emprego entre cuidadora e filhas de idosa](#)

Migalhas - 17/02/2023

A Justiça do Trabalho mineira descartou o vínculo de emprego pretendido por uma trabalhadora com as filhas de uma idosa para quem ela prestou serviços como cuidadora. Para o juiz de Direito Luís Henrique Santiago Santos Rangel, titular da 41ª vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, as filhas não devem ser responsabilizadas, uma vez que não foram as destinatárias dos serviços.

[Revista debate arbitragem nos dissídios individuais de trabalho](#)

Migalhas - 17/02/2023

A mais recente edição da “Revista de Direito do Trabalho e Seguridade Social” contém trabalho que explica a aplicação da arbitragem nos dissídios individuais. A autoria do estudo é do professor e advogado Bruno Freire e Silva (Bruno Freire Advogados) e de Ciro Rangel de Azevedo. Na introdução é destacado que a opção pelo método da arbitragem, para ser válida, impõe a observância de alguns requisitos legais como resultar do livre exercício da autonomia privada dos interessados, em atenção ao princípio do consensualismo; e versar apenas e tão somente sobre direitos patrimoniais disponíveis.

[Prazo prescricional de honorário de assistente técnico é de cinco anos](#)

Migalhas - 14/02/2023

A 3ª turma do STJ fixou que o prazo prescricional para a cobrança de honorários por assistente técnico é de cinco anos. Segundo o colegiado, no caso de honorários do assistente técnico, e não do perito, tem-se como base legal o art. 206, § 5º, inciso II, do CC/02. Discute prazo prescricional para a cobrança de honorários por assistente técnico. Na ação, casal recorre de decisão que não reconheceu a prescrição de ação de cobrança ajuizada por profissional contratado por eles para atuar como assistente técnico do perito judicial.

[INSS pede que STF suspenda ações envolvendo “revisão da vida toda”](#)

Migalhas - 14/02/2023

O INSS formulou ao STF um pedido de suspensão nacional de processos que tenham por objeto a questão da “revisão da vida toda”. Em dezembro do ano passado, os ministros decidiram de forma favorável aos aposentados. Na petição, o órgão de seguridade social defende que a suspensão seja mantida em controle concentrado até que o entendimento firmado no julgamento se torne definitivo com o trânsito em julgado da decisão.

[Custas judiciais: Disparidade de valor entre Estados chega a 1.200%](#)

Migalhas - 14/02/2023

O princípio constitucional do acesso à Justiça é um direito fundamental previsto no art. 5 da CF. Este direito garante a todos os brasileiros a possibilidade de acesso ao Poder Judiciário e à Justiça. Contudo, questões financeiras podem deixar esse acesso mais distante da maioria da população, visto que grande parte das pessoas não dispõe de recursos financeiros para custear os gastos de uma demanda judicial.

[Trabalhadora que não recebeu insalubridade terá rescisão indireta](#)

Migalhas - 13/02/2023

O juiz do Trabalho Vitor Pellegrini Vivan, da 80ª vara do Trabalho de São Paulo/SP, reconheceu a rescisão indireta de uma trabalhadora que não recebeu adicional de insalubridade e não teve compensado feriados trabalhados. O magistrado concluiu que a empresa deixou de cumprir suas obrigações contratuais.

[Homem que jogava futebol durante o expediente tem justa causa mantida](#)

Migalhas - 13/02/2023

A 1ª turma do TRT da 18ª região, em decisão unânime, reformou sentença para reconhecer a validade da dispensa por justa causa de um eletricista que jogava futebol durante a jornada de trabalho. Prevaleceu o entendimento no sentido de que a penalidade máxima aplicável ao empregado é a dispensa por justa causa, devendo, portanto, ser provada de forma convincente pela empresa, encargo do qual esta desincumbiu-se satisfatoriamente, razão pela qual foi mantida a rescisão contratual do trabalhador por justa causa.

[O mundo necessita de uma dose forte de justiça social](#)

Organização Internacional do Trabalho - 17/02/2023

Em uma declaração sobre o Dia Mundial da Justiça Social, celebrado em 20 de fevereiro, o diretor-geral da OIT, Gilbert F. Houngbo, pede um impulso global para contribuir para a redução e prevenção das desigualdades.

[MDS e OIT anunciam início de novo projeto de Cooperação Sul-Sul Trilateral para o combate ao trabalho infantil, trabalho escravo e tráfico de pessoas](#)

Organização Internacional do Trabalho - 14/02/2023

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Wellington Dias, e o diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Brasil, Vinícius Pinheiro, anunciaram nesta terça-feira (14) o início da implementação de um novo projeto para o combate ao trabalho escravo, trabalho infantil e tráfico de pessoas.

Atos Normativos

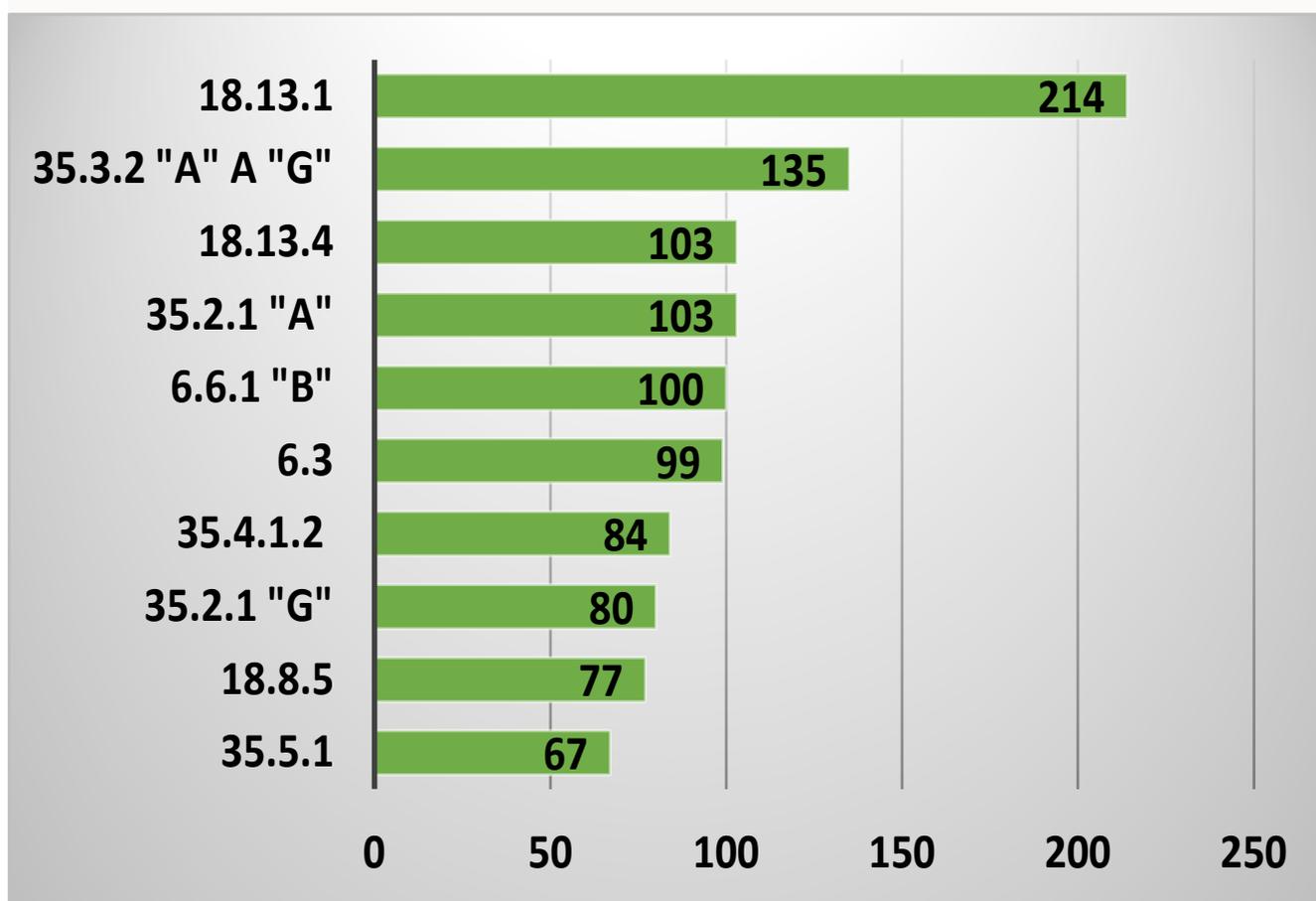
[INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 143, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2023](#) (DOU de 13/02/2023 Seção I Pág. 72) - Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro 2022, que estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de crédito consignado contraídos nos benefícios pagos pelo INSS;

[DECRETO Nº 11.414, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023](#) (DOU de 13/02/2023 Seção I Extra Pág. 03) - Institui o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis;

[PORTARIA CRPS/MPS Nº 291, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023](#) (DOU de 15/02/2023 Seção I Pág. 52) - Suspensão de processo seletivo de conselheiros diligenciadores;

Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Regularizado na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2022 (jan/nov):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE

Regularizado na Ação Fiscal: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

35.3.2 Considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de oito horas, cujo conteúdo programático deve, no mínimo, incluir:

18.13.4 É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

35.2.1 Cabe ao empregador:

a) garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas nesta Norma;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI:

b) exigir seu uso;

6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

35.4.1.2 Cabe ao empregador avaliar o estado de saúde dos trabalhadores que exercem atividades em altura, garantindo que:

a) os exames e a sistemática de avaliação sejam partes integrantes do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, devendo estar nele consignados;

b) a avaliação seja efetuada periodicamente, considerando os riscos envolvidos em cada situação;

c) seja realizado exame médico voltado às patologias que poderão originar mal súbito e queda de altura, considerando também os fatores psicossociais.

35.2.1 Cabe ao empregador:

g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

35.5.1 É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura. (NR).

OBS.: Informamos que as codificações utilizadas pelo Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE, nem sempre consideram as versões atuais das Normas Regulamentadoras, podendo indicar itens contidos em versões anteriores das normas de segurança e saúde no trabalho.

EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula